

FEVEREIRO DE 1914

N.º 1—60 réis



AQUI D'EL-REI!...

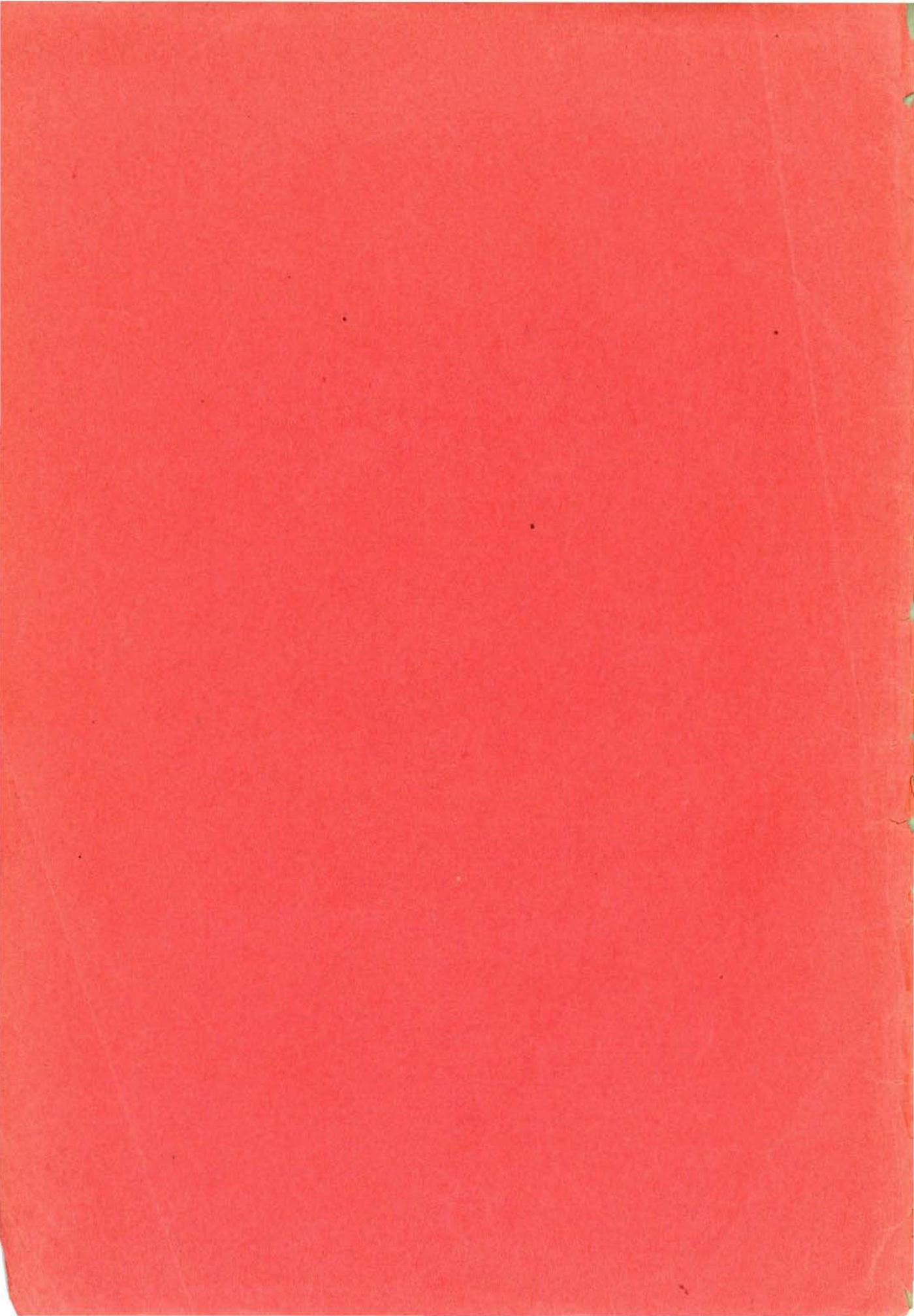
SUMMARIO:

Carta ao sr. Machado Santos: — Quem é *ele*, quem somos *nós* e quem são *eles*. — Monarquia e monarquicos. — A Republica e a descentralisação administrativa. — Os partidos. — O parlamentarismo. — Acabemos com isso. — A monarquia organica. — A representação dos interesses ou direitos. — O Rei. — Conclusão. — Trilogia republicana. — A Burocacia e o sr. Norton. — A Plutocracia e o sr. Fausto. — A Democracia e o sr. Faustino. — Rennião do Congresso. — Os tres partidos. — Adeus Angola! — Adeus Moçambique!

AUTOR, EDITOR E PROPRIETARIO

João de Amaral

* * * * DEPOSITARIOS * * * *
* * ALMEIDA & MIRANDA * *
* * * * COMP. E IMP. * * * *
CASA CATOLICA. — Rua dos * *
* * * * Poyaes de S. Bento, 135
* * * * LISBOA * * * *



EX CATHEDRA

CARTA AO EX.^{mo} SENHOR MACHADO SANTOS, FUNDADOR DA REPUBLICA

23 de janeiro de 1914.

Num almoço de homenagem a V. Ex.^a, o engenheiro Cunha Leal, uma das mais lúcidas inteligências que conheço, disse *apenas* estas palavras: «Eu estou com o sr. Machado Santos, porque, além de tudo, o sr. Machado Santos é uma victima da situação que a sua audácia nos creou. Todas as saídas lhe estão vedadas, em vão se revoltam a sua honestidade e a sua razão. O Comandante da Rotunda ficou amarrado, para todo o sempre, ao 5 d'Outubro e portanto á Republica». Cunha Leal disse *apenas* estas palavras. Mas estas palavras são tudo.

V. Ex.^a fez a Republica. Ela é a sua obra. V. Ex.^a, quer queira quer não, vê-se obrigado a defendê-la ou a pactuar com ela: — está amarrado ao 5 d'Outubro. Por isso a Historia no-lo ha-de mostrar, na Rotunda, com uma grilheta no tornozelo, preso á primeira pedra do monumento da Republica.

D'este modo a Historia absolvê-lo-ha; um grande incendio ruborisa este bom ceu de Portugal: V. Ex.^a não poderá corrêr a extingui-lo; está preso; grita por socorro: a sua obra de jornalista é um grande, um enor-

me, um nobilissimo grito de socorro! E nós (1) que o ouvimos, nós que somos monarchicos mas que respeitamos a sua probidade e a sua intelligencia, não podemos exigir que V. Ex.^a se encontre ao nosso lado. A grilheta amarra-o; a grilheta é um castigo; mas essa prisão que infamaria qualquer de nós, a V. Ex.^a nobilita-o.

A crónica da sua vida é a crónica da Republica sem a nota ora grotesca ora repelente que lhe emprestam os fantoches da politica. Em 5 d'Outubro V. Ex.^a é o facto, é o sonho transpondo o limiar da realidade, é a duvida feita certeza, o arcanjo da esperanza pisando a terra firme, a fé derrubando a montanha... De 5 d'Outubro a esta parte V. Ex.^a é o inverso de tudo isto: a certeza que se faz duvida, a realidade que se faz novamente aspiração, o retorno da fé e da esperanza para a quimérica anciedade onde nasceram. Por isso V. Ex.^a prega, como republicano que é, teimoso, impenitente, a necessidade de se voltar ao 5 d'Outubro...

— Mas para quê? vociferam os governantes, mastigando o osso que a sua audacia lhes ganhou. — Mas para quê? perguntam todos aqueles que aferem a miseria politica do momento pela debilidade dos seus estomagos, receiando apenas que estes, que lá estão agora de volta com o osso, lhes não deixem nada para roer. — Mas para quê? inquirem, final-

(1) Quando digo nós, refiro-me a um grupo de creaturas que, tendo assistido á falencia da monarchia constitucional e da republica, voltam, afinal, os olhos para aquella organização social e politica de que, no dizer do Sr. Bazilio Telles, em má hora nos afastámos. Somos poucos: em 1910 havia apenas um; em tres anos, sem a minima propaganda das nossas ideias, muitos mais se juntaram a esse, chegando eu, jacobino rebelde, em ultimo lugar. Somos poucos; amanhã seremos legião. Mas, muitos ou poucos, contem conosco os homens bons de Portugal e defendam-se de nós os malandrins da politiquice, mesmo aqueles que se escondem por detraz da benevolencia d'El-Rei. Ha cem annos que os senhores politicantes mastigam! Que não seja senão por amor dos descendentes que tambem um dia queiram encher-se, deixemos agora engordar a Nação.

mente, quantos não souberam vêr no heroe da Revolução, o unico organisador consciente que a Revolução nos revelou.

A tudo isto V. Ex.^a responde no seu projecto de constituição, nos seus discursos, nas suas propostas de lei sobre economia nacional, e nos farrapos da sua obra de jornalista, obra vaga, titubeante, informe, mas gloriosa :

«Foi durante esse trabalho de sapa a que me dediquei para organizar os que haviam de ser meus companheiros d'armas, que fiquei conhecendo a cidade de Lisbôa : — percorria-a em todas as direções — estive em contacto directo com a sua população — não hesitei perante a viela mais repugnante, como não hesitava perante as suas avenidas inundadas de luz ; — miserias, aspirações, esperanças deste povo soffredor e bom, eu as conheci como conheço hoje o seu desalento, o seu desengano, o seu tormento, a sua dôr. Senti palpitar o coração deste povo ; senti-o bater em unisono com o meu ; e nunca, sr. presidente, nem mesmo no tempo da perseguição ás associações secretas, nunca se me deparou no caminho quem quizesse trocar os seus miseros farrapos pela feliz abastança que o premio da denuncia lhe podia proporcionar.

«Nunca, sr. Presidente !

«O chefe carbonario, não dessa carbonaria com cadastro policial que a beneficencia municipal sustenta, mas dessa nobre Carbonaria Portuguesa que protegia os vencidos e lhes guardava a fazenda e as familias, o chefe carbonario nunca topou com um miseravel delator no seu caminho ; como, tambem, diga-se em honra desses talassas que tão odiados são por se não integrarem nos agrupamentos politicos, que nunca me vi obrigado em tempos ominosos a velar a minha critica, a occultar a minha fé, quer fosse na tolda dum navio, quer tosse no sobrado duma repartição publica. Nem mesmo, sr. presidente, nesses tempos calamitosos da ditadura de Franco. E não foi por isso que a monarchia caiu...

«Quando o ditador caiu pela forma porque caiem todos os ditadores já eu me havia convencido de que, por mais bem intencionados que fossem os futuros governos da monarquia, esses governos nada conseguiriam fazer de proveitoso para o país. Opunha-se a isso a força da inercia do maior numero e a atividade perturbadora do Partido Republicano.

«Afastei-me então da grupo d'omens, unicos que até hoje vi occupados em trabalhos de constructivos fazendo opposição, visto não terem comprehendido a necessidade do movimento nacional, para me lançar neste com o Partido Republicano, mas sem me filiar nele. Reconheci, sr. presidente, que era necessario restituir á Nação a sua unidade moral, levar toda a gente a colaborar com o seu governo, porque só assim é que se poderia salvar ainda a Patria Portugêsa, salva-guardar o futuro da nossa raça.

«Foi inspirado nesse pensamento — *restituir á Nação a sua unidade moral* — que redigi, e fiz distribuir na manhã de 3 de outubro, essa ordem geral do comité revolucionario, documento glorioso que nenhum outro povo se pôde orgulhar de ter registado nos anaes das suas lutas civis. Foi inspirado desse pensamento — *restituir á Nação a sua unidade moral* — que não servi, d'armas na mão, nem as ambições dos individuos, nem as aspirações de nenhum partido. Senhor da divisão militar, entreguei o comando desta ao general mais antigo, não cuidando de investigar das suas opiniões politicas; — no acampamento proclamei aos soldados e ao povo, que não havia vencedores nem vencidos, que havia só irmãos que iam juntar os seus esforços para o engrandecimento da Patria. Esses documentos figuram no relatorio que, sobre a Revolução Portugêsa, apresentei ao Governo Provisorio da Republica.

«Se outro pensamento mais nobre, mais alto, que a simples mudança do rotulo numas instituições politicas, não tivesse dado ao meu braço a energia precisa, eu teria, como tantos outros, imitado as lebres, e não vibraria no trôno a machadada final.

«Foi esse pensamento que me arrastou, apoz a vitoria das armas, a vir para a imprensa combater por ele, fazer com que entrasse no con-

vencimento de todos a necessidade da sua realização. Infelizmente, tropecei sempre na politica do actual sr. presidente do ministerio e, ha tres anos, que me encontro jogando com s. ex.^a uma partida de xadrez que estou certo que em pouco tempo acabarei por ganhar.

«Reuniu muito tarde a Assembleia Nacional Constituinte! Se, em janeiro de 1911, quando comecei a insistir pela sua convocação, ela se tem reunido, estou certo de que nós teríamos dado á Republica, a sua base juridica que actualmente ainda não tem. Estou certo de que o comandante da Rotunda, ainda a trez mezes do seu feito, teria o prestigio bastante para impôr o seu projeto de constituição que não foi moldado por nenhum figurino estrangeiro. Estou certo de que a Republica teria aliado a tradição portugüesa á corrente das ideias d'hoje e que figuram já no direito moderno. Não assistiríamos, sr. presidente, ao vergonhoso espectáculo duma Republica a perseguir conservadores e avançados, nem dariam ao país uma reles copia da politica de antigos tempos.»

Mas estas palavras, tudo quanto V. Ex.^a escreve e aconselha, não o comprehendem os seus correligionarios republicanos.

Só pode comprehendê-lo o homem que ama e conhece a historia da sua Patria; só o comprehendem aquelles que, por detraz destes cem annos de bandalheira politica, descobrem a espada dos Fundadores da Nacionalidade conquistando a Terra, a palmo e palmo, e entregando ao povo dos concelhos a defeza e a prosperidade da terra; só um portuguez, com oito seculos de tradição girando-lhe nas veias, o póde comprehender. Nunca essas palavras entrarão no casco daqueles que nada veem, para alem do 5 d'Outubro, senão a França revolucionaria de 89. A historia dum povo que nasceu em 1143 não a conhecem eles. E, no entanto, dizem-se portuguezes! Filhos bastardos de qualquer rameira franceza vinda no couce das invasões é que deveríamos charmar-lhes...

Dentre todos os homens publicos da Republica, V. Ex.^a foi o unico sufficientemente honesto e estudioso, para aproveitar com a dura prova

a que o constitucionalismo monarquico sujeitou a Nação e que, repetida dentro d'uma Republica feita para corrigir-lhe os erros, já não é uma dura prova, — é uma infamia acabada, completa, uma torpe especulação em que o povo é, ao mesmo tempo, o comparsa e a victima dos politiccantes.

V. Ex.^a foi o unico homem da Republica que percebeu a necessidade de dar vida a uma tradição que adormecêra sob a hipnóse de certas mágicas e doces palavrinhas que, de 1820 a esta parte, nos veem turbando as digestões.

Claro, o tradicionalismo de V. Ex.^a está muito longe de fornecer á sociedade portugueza a constituição organica dentro da qual ela conheceu a paz, o progresso, a gloria e a abundancia. Porque alem do preconceito republicano que orienta a sua atividade mental, embaraçando-lhe a marcha no caminho de qualquer solução positiva, muitas outras falhas descubro no seu tradicionalismo. Mas nada mais teriamos a esperar duma creatura que, tendo sido um perfeito instrumento de destruição, aqui apresentou como o mais honrado e sábio de todos, na fase organisadora em que tão alto se levantou a sua personalidade.

Pelo conhecimento que tenho das suas boas qualidades, confesso lealmente que V. Ex.^a poderia dar á Nação a paz d'alguns annos e á Republica uma provisoria estabilidade, com o restabelecimento dos foros concelhios, com a distribuição das funções que a tirania parlamentar monopolisa, pelos órgãos tradicionaes do corpo social.

Mas, repito, essa paz, essa ordem, fóra da qual todo o esforço se perde e toda a produção se torna impossivel, seria apenas transitoria, por que, mais tarde ou mais cedo, V. Ex.^a encontraria diante de si os seus adversarios republicanos e monarquicos, disputando-lhe o mando, concorrendo comsigo no campo eleitoral. Nesse momento, pergunto, como defenderia V. Ex.^a a sua obra governativa da furia dos vandalos que o odeiam? E como defenderia de nós outros, monarquicos, a Republica, tambem obra do seu esforço?

Ser-lhe-ia necessario ganhar as eleições. Mas como alcançaria V.

Ex^a. ganhar as eleições se, descentralizando os serviços da administração publica, alienára por suas próprias mãos a unica maneira de obter essa vitoria? Com que promessas responderia V. Ex.^a ás promessas dos outros?

Oh! nesse dia vêr-se-hia embaraçado em frente de um dilema terrivel; e, conforme o caminho que escolhesse, ou o politico mataria o homem de caráter, ou o homem de caráter mataria o politico: — Ganhar as eleições, usando dos velhos expedientes da corrupção e da promessa, seria atraiçoar a sua obra e rasgar o seu passado.

Ficar derrotado, em favor dos seus adversarios republicanos, seria vêr destruido novamente todo o esforço gasto até ali e vêr a Nação entregue á voracidade d'aqueles que já hoje n'ela debicam fortemente. Perdê-las, no outro caso, era entregar a Republica aos monarquicos.

Em resumo: a sua experiencia, a experiencia machadista, apenas atrazaria em mais algum tempo a unica solução que o problema nacional pôde ter: — Dado que a Republica é, de direito, incompetente para fazer a prosperidade do paiz e dado que já mostrou em um numero de factos mais que suficiente essa original incompetencia, — caminemos serenamente para a Monarquia!

Mas o seu caso envolve uma questão de doutrina que não desejo discutir n'este momento. E a verdade é que eu, se ainda fosse republicano, como era no tempo da Monarquia e como fui nos tres primeiros annos da Republica, estaria proclamando, ao lado de V. Ex.^a, aqueles principios de organização social que fizeram a Nacionalidade e que, atravez das suas loucas e gloriosas aventuras, mantiveram, guardaram ou resgataram o patrimonio sagrado dos Fundadores. E embora seja fundamental, basilar, a nossa discordancia, eu antes me quero com adversarios da sua força do que mesmo com aquelles monarquicos do constitucionalismo que, sugando, corroendo, envenenando o organismo nacional, o arrastaram até ao momento angustioso em que vivemos; antes me quero com V. Ex.^a do que com certos monarquicos, tambem socialistas confessos, aspirantes á

chefia d'um partido, imagens d'aqueles chefes e d'aqueles partidos que ofendendo, desprestigiando, calumniando a pessoa do Rei, atiraram a Nação para este charco, um pouco mais lodoso, confesse!, do que o charco em que nos debatemos outr'ora...

Dentro da Republica, V. Ex.^a representa, portanto, uma solução simpatica para os homens honestos a quem, por deficiencia de raciocínios ou por motivos d'ordem méramente transitoria, o preconceito anti-monarquico afasta da solução integral que eu aqui me propuz defender.

Quando oiço os politicos da opposição republicana gritarem que *esta* Republica não pode sustentar-se, o meu pensamento concentra-se n'uma simples interrogação que me abre a bocca n'um riso: Que *outra* Republica desejam então estes cavalheiros? Porque é que *esta* Republica não pode nem deve sustentar-se?

Ser-me-ia facilimo responder a taes perguntas e eu não gastaria com elas dois periodos de prosa, se me deixasse guiar pelo conhecimento que tenho homens julgados aptos para assumir os encargos da governança e que, impacientes, esperam o momento de repotrear nas cadeiras do poder a sua inutilidade, a sua incompetencia, a sua mediocridade moral e intelectual; e d'est'arte, eu alcançaria bases suficientes para demonstrar a minha simples resposta: — *esta* Republica não póde sustentar-se, porque os não sustenta a eles; e eles teem razão para desejar uma outra Republica onde afiem, por sua vez, as voracissimas mandibulas. Cansa-os esta ociosidade, meu Amigo; não lhes basta a meza do Silva com mulhéres de baixo preço: urge que o paiz os arreate á mangedoura do orçamento e doire com o oiro dos impostos a cária dos seus dentes illustrissimos...

Mas deixemos o que são e o que fazem, para olharmos sómente ao que eles dizem.

Já sabemos que V. Ex.^a, republicano tradicionalista ou nacionalista como lhe aprovér chamar-se, proclama a necessidade de se dar ao paiz uma constituição politica diversa de todas aquellas que nos teem regido

desde 23 de janeiro de 1821, ha 93 annos certos, até 19 de junho de 1911.

Mas os outros seus correligionarios republicanos não pensam assim: sentem-se bem dentro do regimen que *felizmente* nos rege; a realisação dos seus *vastos programas* adapta-se perfeitamente ao *statu quo* constitucional e parlamentar.

Os seus *vastos programas*! *Quosque tandem*, até quando haveremos de aturar esta ignobil farçada dos vastos programas que nunca se cumprem, e que teem sido, apenas, o penacho azul e branco ou verde-vermelho dos caciques, levando á urna os eternos bodes de Panurgio?

Quantos se não teem redigido desde ha noventa annos, cada um d'elles sendo melhor do que o contrario, sempre que fosse feito depois, sempre que, numa página a mais, a fantasia dos chefes podesse rascunhar ainda mais uma mentira?!

Os programas dos partidos monarchicos toda a gente sabe o que foram nas mãos dos seus autores. Por seu lado, os chefes republicanos, — ainda V. Ex.^a jazia alquebrado pelas fadigas da batalha revolucionaria, — já eles rasgavam o seu com unhas e dentes, parecendo-me que, n'esse ameno entretenimento, o mais cauteloso não foi, por certo, o presidente do governo provisorio, aquele Sr. Dr. Teofilo Braga de cujas mãos, impotentes para erguê-la e sustentá-la, nós hemos que arrebataram uma obra extraordinaria que se chama a Historia de Literatura Portugueza.

Na monarchia constitucional e na republica, esses programas, que são o raminho pendente á porta das tabernas partidarias, apenas apparecem em tempos de eleições; porque, depois, todo o tempo escasseia aos governantes pra defenderem o logar conquistado da ganancia das oposições que já tentam os olhos da multidão com promessas mais belas ainda.

A historia do constitucionalismo monarchico e republicano resume-se n'isto: a Nação posta a saque pelos bandos politicos. Acabemos, portanto, com os partidos! Mas os partidos são os dignos filhos do parlamentarismo. Acabemos, portanto, com o parlamentarismo — lei do numero, que exclue a qualidade, base da organisação. O parlamentarismo é a lucta dos

partidos, das rivalidades pessoais, a opressão das minorias, a irresponsabilidade, a incompetência, o capricho partidário sobrepondo-se aos interesses das classes. O parlamentarismo é, na História de Portugal, o marasmo em que se encontram o nosso comércio e a nossa indústria; o nosso prestígio exterior apagado, reduzido a nada pela República; as justas reclamações do trabalhador exploradas pelos políticos como meio de propaganda eleitoral; é a desonestidade, é a fraqueza, é a discordância, é o desrespeito, é, finalmente, a espantosa diferença que existe entre aquilo que nós fomos e aquilo que hoje somos.

Acabemos, portanto, com o parlamentarismo!

V. Ex.^a com o tornozelo agrilhettato ao 5 d'Outubro, á República, pouco ou nada poderá fazer no sentido de exterminar os partidos e de estrangular o regimen parlamentar; porque, na melhor das hipóteses, lá viria a eleição presidencial para acordar aqueles e resuscitar este. A República ha-de padecer sempre do cancro roedor de energias, de dinheiro, de competências, a que Jules Lemaitre chamava, sendo ainda republicano, «la malfaisance essentielle du système électif.»

E' por isso que eu, completamente, conscienciosamente possuido das minhas antigas, mas vagas ideias tradicionalistas, lhe venho dizer, nas primeiras paginas d'uma obra de propaganda a que dedicarei toda a minha energia e toda a minha intelligencia, que sou hoje monarchico e que não abandonaria o meu logar na batalha politica ainda que el-Rei, o sr. D. Manoel II, assim m'o ordenasse.

O que é, pois, necessario fazer?

Trabalhar pela reconstrução d'um edificio social duravel, segundo as leis eternas da ciencia social e sob as formas modernas que, longe de romperem com a continuidade historica, antes representam o seu prolongamento normal.

E' por isso que nós começamos por dar á sociedade portugueza a sua constituição organica, as suas formas historicas, consagradas pela tradição e conservadas pelo costume. Defendemos o *regimen corporativo*;

na ordem *politica* daremos aos corpos eleitos, — municipios, assembleias provinciaes e assembleia nacional, a representação dos *interesses ou direitos* em contraposição com a actual representação dos *partidos*. Na ordem *economica*, substituiremos a liberdade ilimitada do Capital e do Trabalho, a desenfreada concorrência que daí resulta, essa pseudo luta livre onde o mais fraco fica sempre vencido, substituiremos *isso* pelas regras variaveis ditadas pelo corpo profissional, para interesse da classe, para segurança e lealdade do trabalho.

Organisada, d'est'arte, a Sociedade, o poder social ficará residindo em cada um d'estes pequenos organismos, cujo conjuncto forma a totalidade do corpo social. E o Estado ficará sendo, apenas, um mecanismo juridico, unificador, posto ao serviço da Sociedade que é, repito, um organismo natural. Esta tem direitos, aquele tem apenas deveres.

D'esta integração de cada órgão na sua função propria resultará o labor pacifico, productivo, que é indispensavel á prosperidade do paiz. A vida social alcança então o tic-tac regular d'uma machina de relógio.

Resta-nos, apenas, libertá-la das convulsões politicas; resta-nos, apenas, pô-la a recato das ambições e impedir que uma crise eventual, aproveitada por qualquer politicante, faça desmoronar o edificio; precisamos de pôr o poder muito acima dos desejos de qualquer.

A vida social é uma lucta de egoismos; precisamos de dar a esta lucta um regulador suficientemente independente para não consentir as brutalidades dos mais fortes e moderar as rebeldias dos mais fracos. Só a paz, a firmeza e a disciplina garantem o trabalho; tratemos de dar ao poder politico uma estabilidade que produza essa paz, essa unidade e essa firmeza.

Nas democracias, cada eleição representa a paralisação de trabalho productivo bastante para atrazar em mezes a evolução natural da Sociedade. Nas democracias, o poder estando á mercê da audacia do primeiro, não ha organização que resista ao camartelo destruidor dos ambiciosos inteligentes que sabem sempre lisongear as multidões. Nas democracias, a lucta das classes termina sempre pela vitoria da mais

forte, da que tem dinheiro, da que, munindo os cofres dos partidos para a campanha eleitoral, traz o poder acorrentado á sua força: — *la democratie est le pays de Cocagne rêvé par des financiers sans scrupules.* (Palavras de Georges Sorel, socialista). O egoismo do mais forte esmaga sempre o egoismo do mais fraco. Nas democracias, cada partido tendo o seu plano de governo, a marcha dos negocios publicos é como o zig-zag d'um bebado, — ora prá esquerda com os radicaes, ora prá direita com os conservadores, ora nem prá direita nem prá esquerda com os do centro.

Só a *Monarquia organica, anti-parlamentar, descentralisadora e tradicionalista* remedeia estes inconvenientes. O perigo eleitoral é inutilisado com a restrição do voto directo só para a junta de parochia ou para o municipio. A assembleia provincial será constituída pelos delegados dos municipios e pelos representantes de todos os interesses da provincia, — sindicatos operarios e ruraes, agricolas, industriaes, liceus etc; etc; A assembleia nacional, producto d'uma longa depuração atravez dos outros corpos eleitos, terá a representação especialisada de todas as classes e micro-organismos sociaes, de modo a poder ser considerada antes como um conselho de technicos.

Na *Monarquia organica*, o poder politico é estavel porque é incontestado; a Nação pôde descansar n'ele porque todos os egoismos estão entregues á ação moderadora d'um só, — o Rei —, que não é eleito, que não deve, pois, a sua situação aos favores de ninguem, que não está ali pela vontade dos operarios ou pelo dinheiro dos patrões, sendo Rei, quando muito, por interesse da Nação; e que não a prejudicará levia-namente porque, em ultima analyse, tem a defendê-lo de qualquer desvario o seu interesse pessoal e dinastico, por quanto perdêr a Nação é perder-se a si proprio, é ultrajar a memoria de seus avós e comprometter o patrimonio de seus filhos!

Um homem que, no principio da sua vida, toma consciencia do erro em que labóra e reconhece a mentira dos principios que por muitos

anos defendeu, não póde dizer que faliu, não tem o direito de cruzar os braços e celar-se no alheamento e na renuncia. Atravessamos um momento de cobardia colectiva. Quem tiver a coragem de lavrar o seu protesto que o faça em quanto é tempo!

Á ESQUINA

A trilogia republicana

19 de Janeiro

Os bons republicanos que, em certo cortejo apoteotico de 5 d'Outubro de 1910, viram a Republica na figura d'uma *tricoteuse* avariada, sentiram um vago receio de que o Destino se comprouvesse em não desmentir esse eloquentissimo simbolo. E, na verdade, ao cabo de três annos e meio, vê-se que a Republica é uma donzella de porta-aberta onde os *escrocs* se abastecem de dinheiro e onde a Nação paga com a saude do corpo e do espirito o prazer intenso de a ter visto e de lhe saborear as mercês.

Em parte alguma do mundo se alcançou arrancar á estupidez e desvergonha dos homens uma tão perfeita execução da trilogia republicana. Dir-se-hia quo o Céu nos quer encurtar o tempo da penitencia cumulando-nos de vexames e imoralidades para que uma benefica reacção venha mais depressa libertar-nos.

20 de janeiro

**A Buro-
cracia** Jacinto Nunes disse-nos em tempos que os *dessous* d'uma administração de concelho o tinham atirado para a Republica.

Quem diz isto é um homem de bem; eu lastimo apenas que ele haja perdido toda a sua vida a lutar contra uma mentira em favor d'uma mentira ainda maior.

A Republica mais do que nenhum outro regimen precisa da centralisação administrativa para governar-se e sustentar-se. Só com todas as rédeas dos serviços publicos nas mãos é que o governo republicano, constantemente á mercè das eleições, pôde defender-se. Desde que os votos duma vila se não podessem comprar com uma estrada ou um ramal mandado construir na devida altura, o que seria dos governos republicanos? Não era preciso derramar uma só gota de sangue para que a Monarquia fosse um facto.

Assim um bom logar de governador de districto, sendo sempre o prémio d'uma alienação da independencia do nomeado em proveito d'aquelle que nomeia, é tambem muitas vezes o recibo d'uma vilania: — por isso, o Sr. Norton de Mattos, negociador do escandalo de Ambaca, lá anda por Angola, como um sóba de entremez, a arruinar a agricultura da colonia.

A Plutocracia O escandalo d'Ambaca! Desde ha muito que a Companhia Rœal dos Caminhos de Ferro Atravez d'Africa andava em litigio com o Estado. Nenhum governo monarchico ousou aceder ás suas exigencias nem submeter os interesse do Estado ás contingencias d'uma arbitragem.

A Companhia negava ao Estado o seu débito d'uns milhares de contos; e, em 1909, oferecia para o conflito uma desonrosa solução que reduzia as seis parcas dezenas de contos o crédito do Estado. Os ministros da Monarquia repeliram sempre essa base de negociações. Súbitamente surge a Republica. O governo republicano aceita a arbitragem e nomeia duas creaturas que, ao cabo de vinte e quatro horas, negociam uma solução para o litigio. Quer o leitor saber qual ela foi? — Exatamente aquella que a Companhia desejava em 1909 e que nenhum d'esses ministros monarchicos, cuja venalidade era o *leit-motif* da propaganda republicana, se atreveu a discutir sequer.

O leitor admira-se? Não se admire. Um amigo dá-nos, d'estárte, a explicação do regimen oligarquico em que vivemos: — Todas estas gran-

des Companhias, dirigidas por financeiros inteligentes, aperceberam-se muito bem e muito cedo da próxima queda da Monarquia e consequentemente do próximo advento da Republica.

Dentro do antigo regimen, elas tinham parasitado á farta, mercê da cumplicidade dos governantes, préviamente negociada por meio d'uma partilha de interesses. Como assegurar o seu futuro dominio dentro da Republica? D'uma maneira muito simples: — tratando de ligar aos seus interesses os interesses das creaturas que n'essa Republica seriam chamadas a governar. Exemplificando: — suponha o leitor que a Companhia dos Fosforos, vendo a ruina do regimen monarchico desejava assegurar a sua liberdade de ação no regimen republicano? Um caminho lhe apparecia: — ir muito simplesmente ao escritório do advogado Afonso Costa, utilizar-se dos seus serviços e paga-los, no fim, generosamente, magnificamente, em ações da Companhia. D'este modo o que acontece? — Acontece que amanhã, n'um possível conflicto entre o Estado e essa potencia financeira, o Sr. Afonso Costa terá de defender os interesses d'esta, porque são os seus interesses, porque tem lá o seu rico dinheirinho. Percebe o leitor?

24 de janeiro

Mas ha melhor. Ahi temos, por exemplo, a gréve dos ferro-viários. Quando, a certa altura do conflicto, o governo se poz descaradamente ao lado da companhia, o operariado portuguez, ainda namorado das ideologias republicanas, ficou pasmado. Todavia, o caso era naturalissimo. O operariado parece ignorar que o sr. Afonso Costa, e quem diz este não exclue os outros, precisa de ganhar as eleições para ter maioria na Camara e governar á sua vontade.

Precisa de ter uma imprensa que o defenda e que ataque os outros. Precisa de ter, portanto, o cofre do seu partido habilitado para as despesas da campanha eleitoral e de trazer bem paga a sua imprensa.

Pergunto eu agora : — são os operarios, são as suas associações que lhe fornecem amanhã esse dinheiro ?

Decerto que não ! Pois bem ; n'este caso o que queriam os senhores que o governo fizesse ? Que pozesse em liberdade o sindicalista Carlos Rates e prejudicasse os interesses do seu correligionario Fausto de Figueiredo ? Mas isso era a ruina do partido, era a imprensa passando-se prá opposição, eram as eleições completamente perdidas.

O operariado portuguez se nada deve á monarchia liberal, da Republica apenas tem recebido insultos e perseguições. Que esta lição se aproveite ! De resto, a organização profissional é uma das bases da Monarchia organica. O regimen corporativo na ordem politica e na ordem economica é uma condição *sine qua* do sistema tradicionalista que defendemos. E nem o Rei, ultima e decisiva instancia de todos os conflitos, nem o conselho nacional onde todas as classes e profissões terão o seu legitimo representante, — precisam do dinheiro do sr. Fausto de Figueiredo para coisa nenhuma, visto que não haverá campanhas eleitoraes, nem partidos, nem governos partidarios que precisem de arranjar maiorias, seja porque preço for, ainda que, para tal, haja de permitir-se, como agora, a expoliação de uma classe inteira.

27 de janeiro.

A Democ- Com o dinheiro da finança e com a engrenagem buro-
cracia cratica bem montada, os governos republicanos passam a fazer as eleições e a constituir o Parlamento que é a mais alta e expressiva conquista da Democracia. O Parlamento, dizem eles, é a expressão da soberania Nacional. Pois a nós parece-nos que Jesus, Rei dos Judeus, não foi peor tratado pelo tribunal da sua raça do que o é hoje o Povo Soberano pelos representantes da sua Soberania.

Ha mesmo entre a Nação e o Parlamento uma contradição constante : — O Parlamento ri e faz rir ; e emquanto o Parlamento ri e faz rir, ação chora e faz chorar.

O arlequim pimpona e salta n'um palco de tragédia. Quem assiste á pantomina põe as mãos nas ilhargas, esganiça-se em gargalhadas até que, de repente, o palco abate, o teatro abate, e já não é só o arlequim a afundar-se, são os espectadores também: Não é só o Parlamento que estoira é a nacionalidade que se dissolve. A monarquia liberal foi o primeiro acto desta tragicomedia; a Republica democratica é o segundo. A não acabarmos cedo com a indecorosa farçada, o epilogo, o tragico desfecho não tardará.

O parlamento republicano não nos deu grandes cuidados, ao principio. Tão carregada de alvaiade surgiu a cára do palhaço que a gente ficou-se a saborear-lhe o chiste, despreocupadamente.

O Parlamento era Faustino. Faustino transpunha, de chapéu na cabeça, o santuário das leis e muita gente perguntava, intrigada e já alegre: Faustino é malcreado? Faustino é rebelde á pragmática? Faustino não conhece João Felix?—Nada disso:—Faustino era apenas—estupido.

Mas hoje a estupidez de Faustino, ou seja a estupidez do Parlamento, começa a preocupar sériamente as pessoas de juizo, como uma arma perigosa nas mãos brutaes do sr. Affonso Costa, nas mãos inábeis do sr. Almeida, nas mãos escorregadias do sr. Camacho. A estupidez deixou de constituir uma massa unida e compacta; scindiu-se em tres partes; é entre os intersticios desse sobrado rôto que os ossos da Nação estralejam; no dia em que a Nação, perdidas as suas antigas energias, não possa reagir mais, não possa manter o desejo constante de se libertar dos grupos que lhe mastigam os ossos e de saltar ao palco azoragando os saltimbancos, nesse dia, o palco abate, o teatro abate, e lá iremos todos de cambalhada pró inferno, que é como diz, pró Tribunal da Haya.

A reunião do Congresso foi uma parada das forças parlamentares do Sr. Affonso Costa, do sr. Antonio José d'Almeida e do sr. Brito Camacho. Lá estavam, portanto, todos: — os que andam a *cavalo*, os que andam a *caburro*, e aqueles que, hybridos por sua propria natureza, andam simplesmente á *camacho*...

Porque se reuniu o Congresso? Porque o sr. Afonso Costa assim o quiz. O governo tinha maioria na camara dos Deputados mas não a tinha no Senado. Isto acarretava-lhe dissabores quotidianos. E vendo que só podia governar á vontade com a maioria do Congresso, resolveu reuni-lo, afim de obter um adiamento, primeiro, e de fazer aprovar, para depois, o regular, normal funcionamento das duas camaras, em sessão conjunta.

Era um capricho como outro qualquer; mas as oposições deram-se tambem o luxo dum capricho; ambos argumentaram com a lei; ambos manifestaram, com tropos e endeixas, o seu respeito pla Constituição. Reuniu-se o Congresso; barulhos, assobios, zaragatas, e menino houve que, do alto das galerias, se poz a comentar o eloquente discurso do sr. Antonio José d'Almeida com os mais sentidos trechos da valsa *Quand l'amour meurt*...

A certa altura, a opposição abandona o Congresso, vociferando, arrastando deante de si o Sr. Braancamp Freire, todo envergonhado da rábula que lhe deram. O governo transige no que respeita á conjunção das Camaras. Mas a *madama*, mais forte com esta primeira transigencia do namoro, bate o pé, ou antes, passa o pé e abala pró ar livre, vivando a Liberdade e insultando a Tyrania.

Eis senão quando, intervem na contenda um terceiro elemento. E vinca-se aqui melhor a contradicção; começa aqui a desnudar-se toda a miseria do Parlamento como expressão da Soberania Nacional; por quanto, nove e meia da noite, uma parte do povinho de Lisboa arranca das mãos do parlamento essa dita soberania, confeciona com ela um cylindro misterioso, cheio de clorato e de metralha, vem para a rua gritar e, quando os defensores do governo sóbem apressadamente a Rua Nova do Carmo, faz-lhes entender d'uma maneira bizarra, fortemente inconstitucional, a sua soberana vontade. Isto é: uma bomba estala, caem meia duzia de feridos, e, lá no alto da Avenida da Liberdade, no principio da Avenida Braamcamp, o ministério afonsista desfaz-se, como uma estatua de barro n'uma tarde de invernia.

O governo caiu! Quem o deitou a terra? O Parlamento?

— Não. Nem o Sr. Almeida, nem o Sr. Camacho. Foi uma parte aguerrida do povo de Lisboa em cuja alma renasce ou toma visos de realidade uma nova esperança, incarnada n'um homem que foi o unico inimigo sério, decidido, intrépido, do governo afonsista:— O Sr. Machado Santos.

O governo caiu!— Babados de goso, agora, com as pupilas humidas e o peito em balanço a fingirem-se cansados, os politicos voltam se para a Nação e bradam-lhe: — «O governo caiu...» Mas já não ouvem a onda cantante de palmas e hossanas com que a Nação os saudaria outr'óra. Pelo contrario, a Nação, o Povo, o Soberano cuja soberania eles arrastam, indiferentemente, plo Silva e plos ministérios, nos prostibulos e no Parlamento, murmura com despresiva tristeza:

«— Ha cem annos que é meu fado ouvir-vos com taes falas. Suponho que ides em breve consultar-me e que vos aprestaes a novamente receberdes de mim a soberania que me devolveis em vespervas de eleições. Sou em dizer vos que esta farça me consome e estou cheinho de vós até aos gorgomilos.

De feito, que me importa agora a queda do governo? Achaes que me era prejudicial a sua governança? N'esse caso, porque motivo me deixaram durante um anno á mercê das suas loucuras, da sua bilis, da sua ferocidade?

Era bom? Porque o atirastes a terra, n'esse caso?

Este ou outro não me importa mais, sabendo já que nenhum póde prestar-me. Porque emquanto eu me fatigo no labor e na miseria, os meus governos desperdiçam o tempo preciosissimo em defender-se, e as oposições gastam mais tempo ainda em atacá-los. Passam os dias: vós discutis a Constituição, e eu, sentado no poial da porta, olho para o mar, para além, para d'onde me venha remedio á minha fome. Ao cabo, dou-me em abalar para os Brazis...»

A Terra despovôa-se. A Nação emigra.

6 de Fevereiro

Em que póde interessar á Nação o novo governo? Por acaso seria ainda possivel emendar os erros, apagar, desculpar as infamias de toda a ordem, cometidas n'estes três annos de Republica contra as liberdades individuaes e contra a propria integridade do territorio portuguez? Decerto que não. Ha infamias que se não esquecem; a mesma hora nunca mais torna a passar: é por isso que os grandes erros raro sofrem emendas.

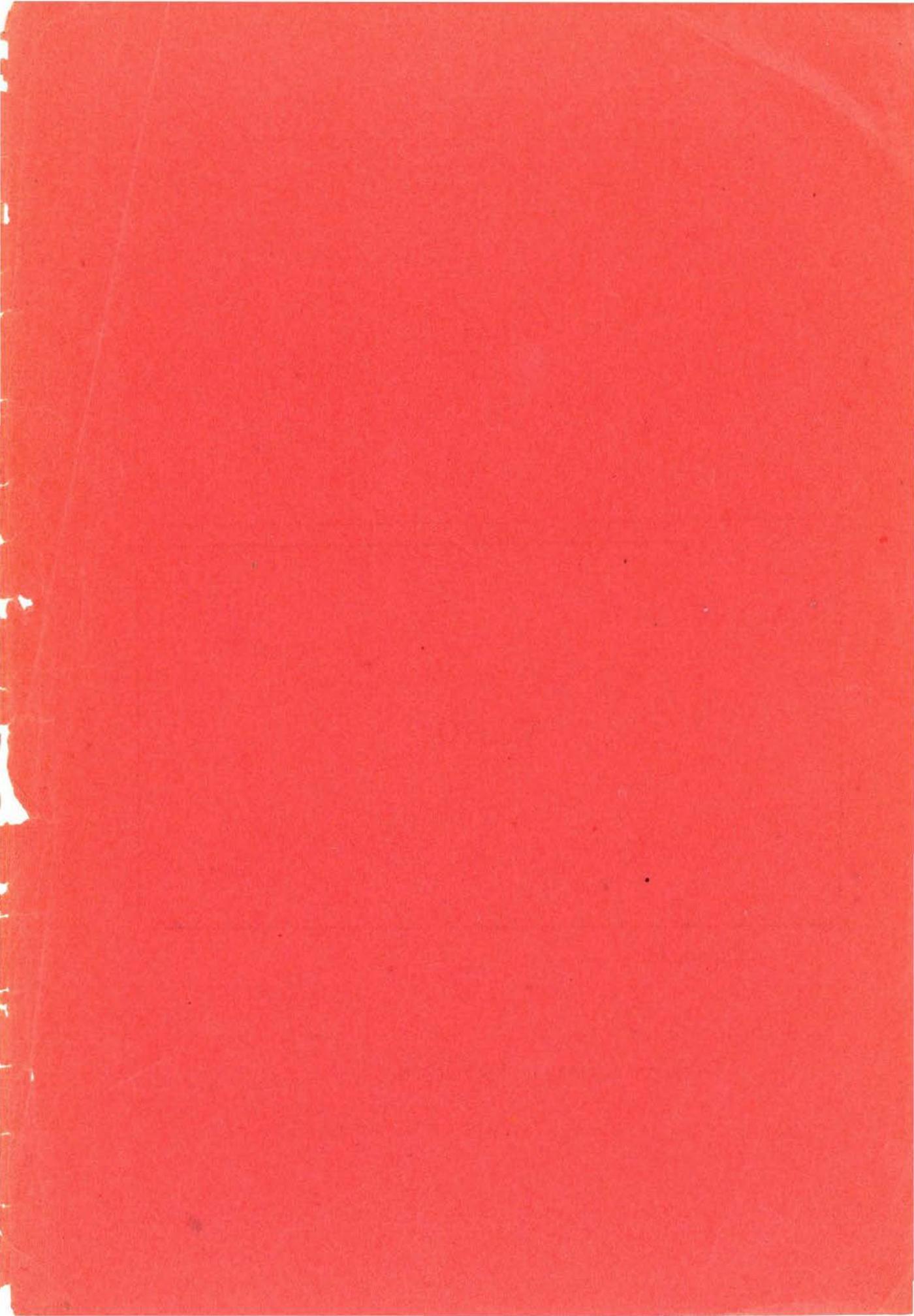
E, feito o balanço da governança republicana, dentre todas as pequeninas vilezas e desmandos que têm conturbado a nossa vida familiar e destruido o nosso prestígio exterior, uma grande desgraça avulta desde logo, desafiando o confronto de todas as desgraças que o liberalismo monarchico nos causou.

A nossa mais bela possessão colonial principia a despegar-se do nosso patrimonio e dentro em breve irá engrossar o patrimonio d'outros.

E' este o claro resultado do decreto que aboliu em Angola o regimen pautal, abrindo a porta d'essa cubiçada e rica provincia á actividade formidalliosa do imperialismo germanico. Da alegria com que em Berlim se recebeu tal nova, dão segura imagem os apelos da imprensa officiosa de lá ás forças vivas da Nação, apontando-lhes o caminho da colonia portugueza, como uma estrada de damasco por onde caminhará, primeiro, o capital germanico e logo depois as aguias imperiaes. Isto quer dizer que, dentro de cinco annos, perdida para nós e em proveito da Alemanha a soberania economica de Angola, forçoso nos será impetrarmos de joelhos que nos levem a soberania nominal, que nos absolvam do encargo de lá sustentarmos uma burocracia inutil.

E ficaremos por aqui?

Se o tal decreto da porta aberta representa, como pr'á hi se rosnuu, um cheque á Inglaterra; se ele constitue uma nova tentativa germanófila, á Barros Gomes, então ái de nós, porque o leão inglez ainda não entrou na agonia para assim receber, impunemente, os coices de qualquer almária lazarenta. Não ficaremos por aqui: perguntemos antes qual a compensação exigida agora pela Inglaterra, em face do bodo que proprocionámos á Alemanha...



VAGO

VAGO

Expediente :

O proximo número sairá a 20 de Fevereiro e os seguintes nos dias 1 e 15 de cada mez.

Dirigir os pedidos de assinaturas e mais correspondencia ao autor para a

Rua da Sociedade Farmaceutica — 15., 2.^o

A cobrança será iniciada no dia 1 de Março, só se aceitando assinaturas por dez numeros, vindo o pedido acompanhado da respectiva importancia.